



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

ENCARTE 01

PLANO DE MANEJO

ELABORAÇÃO, REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DE PLANOS DE MANEJO, ELABORAÇÃO DE PLANOS DE USO PÚBLICO E RECATEGORIZAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE O ESTADO DO CEARÁ NOS POLOS LITORAL LESTE, IBIAPABA E MACIÇO DE BATURITÉ.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO MONUMENTO NATURAL (MONA) DAS FALÉSIAS DE BEBERIBÉ

PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO PRODETUR NACIONAL/CEARÁ
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 2321/OC-BR, SECRETARIA DO TURISMO (SETUR/CE)

DEZEMBRO 2019



LISTA DE SIGLAS:

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CEART	Coordenadoria do Artesanato e Economia Solidária da STDS
CRAS	Centros de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CREDE	Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
EEEP	Escolas Estaduais de Educação Profissional
EMBRATUR	Instituto Brasileiro do Turismo
EUA	Estados Unidos da América
FUNDART	Fundo Especial de Desenvolvimento e Comercialização do Artesanato
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDACE	Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
ITERCE	Instituto de Terras do Ceará
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i>
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
LGBTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênicos
MaB	Programa “O Homem e a Biosfera”
MMA	Ministério do Meio Ambiente do Brasil
MONA	Monumento Natural
MTUR	Ministério do Turismo do Brasil
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Plano de Manejo
PN	Parque Nacional
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Ambiente
PRODETUR	Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo

SDA	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECULT	Secretaria de Cultura do Ceará
SEDUC	Secretaria de Educação do Ceará
SEFOR	Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza
SEJUV	Secretaria de Esporte e Juventude do Ceará
SETUR	Secretaria do Turismo do Estado do Ceará
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação
SIANP	Sistema Internacional de Áreas Protegidas
SNE	Sociedade Nordestina de Ecologia
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STDS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Ceará
UC	Unidade de Conservação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura

1. INTRODUÇÃO

Segundo define a Lei n. 9.985/2000 que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), o Plano de Manejo é um *"documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade"*.

As Unidades de Conservação (UCs) devem dispor de um Plano de Manejo que deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas, sendo, dessa maneira, exigido pela Lei Estadual nº14.950/2011 que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Ceará (SEUC), e dá outras providências.

A inexistência de um plano que regule as formas de uso dos recursos naturais e da diversidade biológica nas UCs, de maneira a garantir a sua conservação, faz com que as pessoas que moram em seus entornos não tenham certeza do que podem e não podem fazer, tornando-se muito difícil para o órgão gestor e conselhos gestores planejarem adequadamente os investimentos que são necessários nessas áreas.

Desde o ano 2000, quando foi publicada a Lei nº 9.985, que institui o SNUC, os planos de manejo (PM) deveriam ser elaborados no prazo de cinco anos após a criação da unidade. No caso do Monumento Natural das Falésias de Beberibe, criada em 2004, teve seu plano de manejo elaborado em 2005 e desde então não foi efetivado e nem revisado.

Com o objetivo de reverter essa situação e assegurar a preservação e o uso sustentável dos recursos naturais e culturais, o Governo do Estado, através do Programa de desenvolvimento do Ceará (PRODETUR), dentro da componente de Gestão Ambiental, impulsionou a atualização e elaboração dos Planos de Manejo de 06 Unidades de Conservação inseridas nos Polos Litoral Leste, Ibiapaba e Maciço de Baturité.

O Roteiro Metodológico de Planejamento (IBAMA, 2002)¹, tomado como referência para este trabalho, estabelece os procedimentos gerais para a elaboração dos diferentes estágios de planejamento. Dentro dos componentes dos PM, o Encarte 1 de Contextualização da UC, enquadra a Unidade de Conservação nos cenários internacional, federal e estadual.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA UC

O presente Encarte aborda as características da Unidade de Conservação Monumento Natural das Falésias de Beberibe, frente ao seu enquadramento como unidade de relevância no contexto internacional, federal e estadual, destacando as oportunidades de cooperação com organismos internacionais de potencial para apoio à UC, indicando as linhas de ação que podem ser importantes para a preservação dos principais valores, sobre os quais se sustenta a declaração de significância da UC.

¹ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), 2002. Roteiro Metodológico de Planejamento. Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica. Brasília, 2002

2.1. Enfoque Internacional

O sistema internacional de classificação de áreas naturais protegidas foi proposto pela *International Union for Conservation of Nature* (IUCN), em 1994. Envolve um conjunto de seis categorias de manejo, estipuladas de acordo com os graus de intervenção antrópica e de naturalidade dos ambientes. A referida proposição pretendia firmar referenciais adequados e uma linguagem comum voltados para o manejo e gestão das áreas naturais protegidas². O que tem visto, ao longo do tempo, tem sido a mobilização de uma vigorosa agenda, dotada de um foro internacional, onde o tratamento dos conceitos que envolvem as áreas naturais protegidas vai sendo aprimorados, e trazendo consigo os requisitos de planejamento, manejo e gestão necessários às mesmas e inseridos em traços que buscam identidades, passíveis de serem tratadas enquanto um sistema universal.

A categoria de Monumento Natural reconhecido para o complexo de falésias situadas na costa do município de Beberibe, trata-se de uma Unidade de Proteção Integral, tendo como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica, admitido nesse caso, apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Uso indireto é todo aquele que não envolve consumo, coleta ou danos aos recursos naturais. Além da área de influência direta do Monumento, o plano de manejo encontra-se voltado para a delimitação de uma Zona de Amortecimento, considerada como o entorno da Unidade de Conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, para que sejam controlados e minimizados impactos negativos sobre a mesma. Por ter junto a si territorialmente a APA da Lagoa do Uruaú, um conjunto de ações de integração e cooperação são passíveis de serem adotadas. A categoria de área natural protegida Monumento Natural foi instituída em 1940, na Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Naturais dos Países Americanos em Washington (EUA), e o enquadramento das Falésias de Beberibe obedece aos esforços de padronização conceitual e operacional universal que envolvem as áreas desse tipo.

Uma Breve Síntese Histórica

A preocupação da estruturação de áreas naturais protegidas, bem como as tentativas de padronização conceitual dos tratamentos envolvidos, pode ser referenciada numa retrospectiva datada a partir de um marco firmado em 1872. Naquele ano foi criado o Parque Nacional Yellowstone (EUA), que inaugurava aquilo que veio a se tornar a concepção de áreas protegidas, que assegurassem as condições ambientais, dos efeitos de destruição da natureza, decorrentes do crescimento urbano-industrial, que então se

2 Gestão e Manejo de Áreas Naturais Protegidas: Contexto Internacional. Pellizzaro, P.C.; Hardt, L.P.A.; Hardt, C.; Hardt, M.; Sehli, D. A. cujo texto serviu de base para a parte histórica. A versão publicada em Ambiente e Sociedade, S. Paulo, v. VIII n. 1, p. 21-40, jan. a março 2015 tem o mesmo teor.

encontrava em marcha, com bastante intensidade em alguns territórios. Essa experiência de criação de parques nacionais foi seguida por alguns países entre os anos de 1885 e 1903³.

O avanço dos esforços de estruturação das bases conceituais teve uma tentativa de consolidação no ano de 1916, focada sobre três eixos: a manutenção de áreas com vistas às gerações futuras, como forma de garantir o benefício e a continuidade de desfrute do público; como espaço dotado de recursos naturais e históricos; e como processo de manejo orientado para a conservação dos recursos naturais⁴.

Em 1940, na Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Naturais dos Países Americanos em Washington (EUA) a pauta retomou os debates da Convenção realizada em Londres no ano de 1933, abordando a temática da proteção da biota em seu estado natural e resultou⁵:

- Na definição de quatro categorias de áreas naturais protegidas: Parque Nacional, Reserva Nacional, Monumento Natural e Reserva Restrita de Regiões Virgens;
- Na concepção de proteção total dos recursos naturais, palco dos conflitos entre a população local e o poder público.

Em 1948, foi realizada a Conferência de Fontainebleau (França) sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura - UNESCO, na qual foi instituída a *International Union of Nature Protection*, atual *International Union for Conservation of Nature* (IUCN, 2019)⁶.

Em 1960, foi instituída a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas junto à IUCN, visando tanto promover e monitorar esses espaços, quanto orientar a aplicação e prática dos respectivos manejos. Em seguida, em 1962, no 1º Congresso Mundial sobre Parques Nacionais realizado em Seattle (EUA), foram aventadas as possibilidades de exploração econômica desses locais.

Segue-se uma série de eventos: a Conferência da Biosfera, em 1968, em Paris (França), a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional em 1971, em Ramsar (Irã), a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972, em Estocolmo (Suécia), durante os quais se apresentaram as primeiras abordagens envolvendo a concepção de Ecodesenvolvimento, e que, posteriormente seria referenciada como Desenvolvimento Sustentável. Ainda em 1972, na XI Assembleia Geral da IUCN ocorrida em Banff (Canadá)⁷, foi incorporada a concepção de exploração de recursos naturais e a ocupação humana em Parques Nacionais tendo por base o zoneamento dessas áreas⁸.

3 Op.cit.p.3

4 Miller, K. R. Planificación de Parques Nacionales para el ecodesarrollo em Latinoamérica, Madrid, 1980; apud Araujo cit por Pellizzaro e Hardts, op. cit.

5 DECRETO No 58.054, de 23 de março de 1966 que promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América.

6 IUCN, 2019. About the IUCN. Our history. Disponível em: <https://www.iucn.org/about>. Acessado em novembro de 2018.

7 Banff é um município canadense que se localiza dentro do Parque Nacional de Banff.

8 IUCN ELEVENTH GENERAL ASSEMBLY, Banff, Alberta, Canada 11 - 16 September 1972, PROCEEDINGS, International Union for Conservation of Nature and Natural Resources Morges, Switzerland 1972

Em 1975, a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas da IUCN começou a desenvolver um sistema internacional de classificação de áreas protegidas que foi concluído e publicado em 1978, envolvendo dez categorias de manejo: Reserva Científica; Parque Nacional; Monumento Natural (Monumento Nacional); Reserva de Conservação da Natureza; Paisagem Protegida; Reserva de Recursos Naturais; Reserva Antropológica; Área Natural Manejada com Finalidade de Utilização Múltipla; Reserva de Biosfera e Sítio Natural do Patrimônio Mundial⁹.

Pellizzaro *et al.* (2015)¹⁰, assinalam que no 3º Congresso Mundial de Parques, realizado em 1982, em Bali (Indonésia), “foi considerada uma importante inflexão, pois foram discutidas, de forma conjunta, questões relacionadas às áreas naturais protegidas e o desenvolvimento regional, assim como a importância do envolvimento das comunidades locais e dos povos indígenas. A partir do documento Bali Action Plan, essas populações passaram a ser consideradas atores atuantes no manejo dos recursos naturais e não apenas usuárias, fato importante para o estabelecimento legal de áreas protegidas com ocupação humana”¹¹.

Na XIX Assembleia Geral da IUCN, ocorrida em 1994 em Buenos Aires (Argentina), uma nova classificação de áreas naturais protegidas foi definida, envolvendo as seis categorias de manejo pertencentes ao Sistema Internacional de Áreas Protegidas (SIANP): Reserva Nacional Estrita ou Área Silvestre; Parque Nacional; Monumento Natural; Santuário da Vida Silvestre; Paisagem Terrestre/ Marinha Protegida e Área Protegida com Recursos Manejados¹².

Na Conferência “Áreas Protegidas no Século XXI: de ilhas a redes”, realizada, em 1997, pela Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, em Albany (Austrália), foram definidos os desafios a serem enfrentados pelas áreas naturais protegidas: a necessária alteração de enfoque dessas áreas, de ilhas, para redes; a necessidade de manejo para as comunidades locais e com o seu apoio; a ampliação dos padrões de gestão e capacitação para enfrentamento dos desafios identificados (IUCN, 2008)⁸. Também foi apresentada a relevância das áreas protegidas nos aspectos econômicos, sociais e ambientais da sociedade atual.

Segundo a IUCN, o Sistema Internacional de Áreas Protegidas tem buscado ensejar um diálogo mais claro entre as categorias de manejo, com base em normas que tornem possíveis as comparações entre sistemas nacionais, assim como a qualificação e monitoramento das áreas naturais protegidas.

9 ARAÚJO, M. A. R. Unidades de conservação no Brasil: da República à gestão de classe mundial. Belo Horizonte: Segrac, 2007; apud Pellizzaro et alii., op. cit.

10 PELLIZZARO, P.C.; HARDT, L.P.A.; HARDT, C.; HARDT, M. e SEHLI, D.A. Gestão e manejo das áreas naturais protegidas. Contexto Internacional. Em: Ambiente & Sociedade, São Paulo v. XVIII, n. 1, p. 21-40, jan.-mar. 2015

11 ARAÚJO, M. A. R. Unidades de conservação no Brasil: da República à gestão de classe mundial. Belo Horizonte: Segrac, 2007; apud Pellizzaro et alii., op. cit.; BRITO, D. M. C. Conflitos em unidades de conservação. PRACS– Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais. Macapá, 2008.

12 IUCN, 2008. Directrices para la aplicación de las categorías de gestión de áreas protegidas. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/paps-016-es.pdf>

2.1.1. Análise da Unidade de Conservação frente à sua situação de inserção em reserva da biosfera ou outros atos declaratórios internacionais.

As Reservas de Biosfera foram criadas pela UNESCO em 1972, tendo por base o programa "O Homem e a Biosfera" (MaB), sendo desenvolvido conjuntamente com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a IUCN, e com agências internacionais de desenvolvimento. Compõem uma rede mundial de áreas que tem por finalidade a Pesquisa Cooperativa, a Conservação do Patrimônio Natural e Cultural e a Promoção do Desenvolvimento Sustentável. A Rede Mundial de Reservas da Biosfera é composta por 631 reservas da biosfera localizadas em 119 países, incluindo 14 sítios transfronteiriços/transcontinentais¹³.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, em seu capítulo XI, reconhece a Reserva da Biosfera como *"um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais"*. No Brasil a primeira Reserva da Biosfera, foi criada em 1992, com o intuito de salvar os remanescentes de Mata Atlântica que se encontrava amplamente dizimada. O Programa Internacional "O Homem e a Biosfera" (MaB) aprovou, em outubro de 1993, dois outros projetos propostos pelo Brasil: a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, integrada com a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, e a Reserva da Biosfera do Cerrado do Distrito Federal. Em 2001 foi criada a Reserva da Biosfera da Caatinga, que cobria uma área de 198.000 Km². Ao todo são sete 7 Reservas da Biosfera no país: Mata Atlântica, Cinturão Verde de São Paulo, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Amazônia Central e Serra do Espinhaço¹⁴.

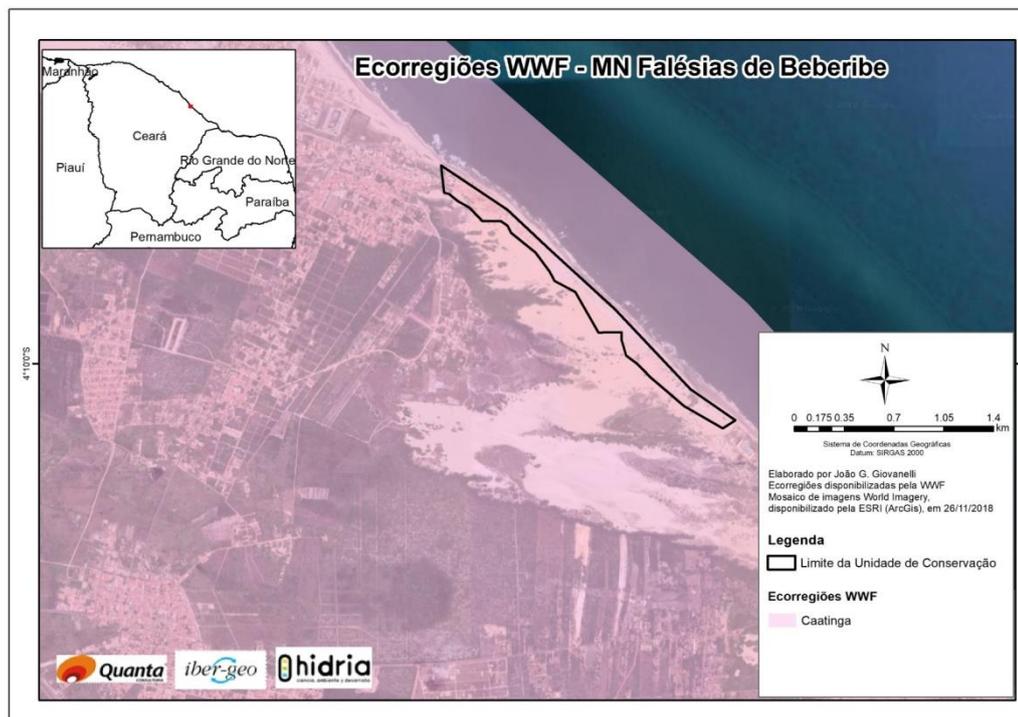
O Monumento Natural - MONA Falésias de Beberibe – Figura 1, encontra-se inserido na Reserva da Biosfera da Caatinga no Ceará, pertencente à ecorregião¹⁵ com o mesmo nome. A ecorregião Caatinga possui 430.566,40 km² (57,1%) de remanescentes naturais. De acordo com o Laboratório de Biogeografia da Conservação da Universidade Federal de Goiás, esta região possui média prioridade de conservação, tomando como referência o percentual de cobertura vegetal remanescente.

13 Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Programa, Reservas da Biosfera no Brasil disponível em: unesco.org, acessado em 2018

14 Ministério do Meio Ambiente do Brasil (MMA), Reserva da Biosfera, disponível em: mma.gov.br, acessado em 2018.

15 As ecorregiões são uma regionalização biogeográfica da biodiversidade do planeta Terra. Elas são definidas como unidades relativamente grandes de terra ou água, contendo agrupamento de comunidades naturais que compartilham uma grande maioria das espécies, dinâmicas e condições ambientais (WWF, 2018).

Figura 1. Mapa mostrando a inserção do Monumento Natural das Falésias de Beberibe na ecorregião Caatinga.



Fonte: adaptado de WWF, 2018

Também a Reserva da Biosfera Mata Atlântica se encontra no Ceará onde ocupa uma área exígua conforme mostra o mapa da Figura 2.

A Mata Atlântica presente no Ceará ocupa uma área total de 1.873 km² e está localizada de maneira dispersa em dez regiões: Chapada do Araripe, Litoral, Chapada do Ibiapaba, Serra da Aratanha, Serra de Baturité, Serra do Machado, Serra das Matas, Serra de Maranguape, Serra da Meruoca e Serra de Uruburetama, ocupando total ou parcialmente 67 municípios.

Como em boa parte do nordeste do Brasil, é no litoral do Estado que se verifica a maior agressão à biodiversidade dos ecossistemas associados à Mata Atlântica: manguezais, restingas e vegetação de dunas. A redução das áreas de manguezal se explica pelo uso incompatível do solo associado à expansão de complexos turísticos e culturas de crustáceos. A vegetação de restinga tem sua redução também associada ao turismo e à expansão da agricultura". "De acordo com dados obtidos no mapeamento realizado pela Sociedade Nordestina de Ecologia-SNE em 2004, verifica-se que apenas 14 municípios (Amontada, Barbalha, Barroquinha, **Beberibe**, Camocim, Crato, Fortim, Guaramiranga, Meruoca, Mulungu, Pacatuba, Pacoti, Paracuru e Paraipaba), dentre os que possuem vegetação mapeada, obtiveram um valor acima de 10% de área municipal recoberta com relação à Mata Atlântica e Ecossistemas Associados no Estado do Ceará¹⁶.

16 Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), 2018. Site da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Disponível em: <http://www.rbma.org.br>, acessado em: dezembro, 2018.

Segundo a última atualização do Atlas da Mata Atlântica publicado pela SOS Mata Atlântica¹⁷, o estado do Ceará é o que apresentou menos desmatamentos, com um valor de 5 ha, o que supõe uma redução do 47% com relação ao período anterior de 2015-2016, no que foram desmatadas 9 ha. Além disso, a SOS Mata Atlântica fez uma radiografia do desmatamento no Estado do Ceará¹⁸ encontrando que os municípios do Ceará que mais conservam a Mata Atlântica e que atualmente superam o 10% de área municipal recoberta com vegetação nativa são: Guaramiranga, Pacoti, Jijoca de Jericoacoara, Camocim, Barroquinha e Chaval. Pacatuba, Aracati, Frecheirinha e Beberibe se encontram entre os 10 municípios que mais conservaram a vegetação nativa, porém, a recoberta atual não chega ao 10% da área desses municípios.

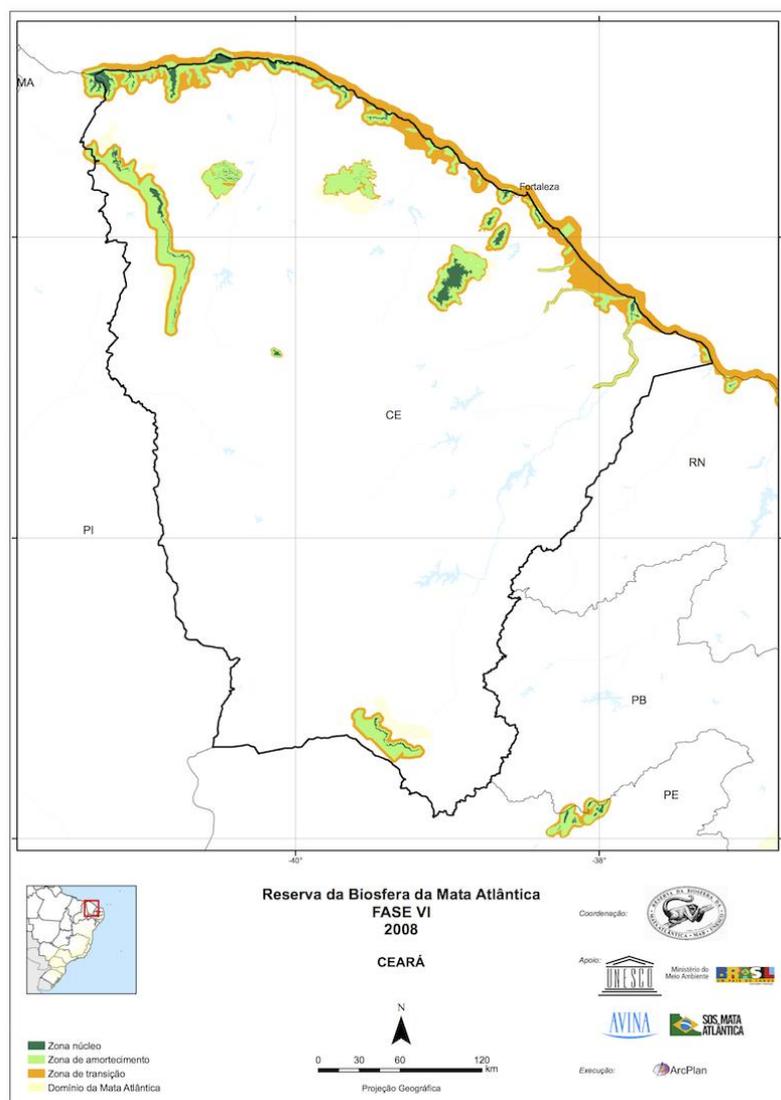
Os resultados demonstram uma questão de relevância na gestão da Mata Atlântica do Nordeste: a vegetação protegida em unidades de conservação (UCs) no Estado representa 44,86% (84.018,40 ha) do total da vegetação mapeada (187.286,41 ha). Embora, desse percentual protegido, apenas 25,72% (21.610,59 ha) estejam em unidades de conservação de proteção integral, os relatos de campo indicam que a presença de uma Unidade de Conservação, mesmo que de uso sustentável, mas de grande abrangência, como as APAs, tem exercido grande influência na conservação dos remanescentes de Mata Atlântica no Estado¹⁹.

17 SOS Mata Atlântica (SOSMA), 2018. Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica. Período 2016-2017. Disponível em: https://www.sosma.org.br/link/Atlas_Mata_Atlantica_2016-2017_relatorio_tecnico_2018_final.pdf Acessado em janeiro de 2019.

18 SOS Mata Atlântica (SOSMA), 2016. Atlas da Mata Atlântica faz radiografia do desmatamento no Ceará. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Atlas-munic%C3%ADpios-SOS-Ceara.pdf>. Acesado em janeiro de 2019

19 Vide <http://www.rbma.org.br>

Figura 2. Mapa de abrangência da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - Fase VI/2008. Detalhamento da proposta no estado do Ceará.



Fonte: Conselho da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2008 (www.rbma.org.br)

Com relação a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, verifica-se que o município de Beberibe está entre os 14 municípios (Amontada, Barbalha, Barroquinha, Beberibe, Camocim, Crato, Fortim, Guaramiranga, Meruoca, Mulungu, Pacatuba, Pacoti, Paracuru e Paraipaba) que possuem um valor acima de 10% de área municipal recoberta com relação à Mata Atlântica e Ecossistemas Associados no Estado do Ceará (RBMA, 2018). No entanto, o Monumento Natural das Falésias de Beberibe se situa em uma zona de transição entre zonas núcleos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado do Ceará. A “Avaliação e Identificação das Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação dos Biomas Brasileiros”, realizada pelo Ministério de Meio Ambiente (MMA) entre os anos de 1998 e 2000, em atendimento às prerrogativas da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) assinada em 1992, incluiu a totalidade do estado do Ceará no Bioma Caatinga, incluindo a zona costeira, sendo esta porção territorial considerada uma “zona de transição” entre os Biomas

da Mata Atlântica e Caatinga (Conselho Nacional Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2004) além de abranger algumas “áreas núcleos”.

O método de categorização da IUCN é atualmente dominante a nível internacional, tendo sido adotado por múltiplos governos nacionais, estaduais e regionais, além de organizações internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas e a CDB. O Monumento Natural das Falésias de Beberibe se enquadra na Categoria III: Monumento Natural, que são áreas protegidas criadas para proteger um monumento natural específico, e que pode ser um acidente geográfico, um monte marinho, uma caverna submarina, uma formação geológica como uma caverna, ou ainda um elemento vivo, como uma floresta ancestral. Essas áreas protegidas são geralmente de pequeno tamanho, e frequentemente têm alto valor de visitação (IUCN, 2018).

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (CNUDM) ²⁰ assegura não apenas regras acerca da soberania dos Estados sobre as águas adjacentes (e, por oposição, conceitua o alto-mar), mas também normas a respeito da gestão dos recursos marinhos, controle de poluição e desenvolvimento sustentável. A zona costeira brasileira, com sua respectiva “faixa litorânea” está inserida territorialmente na CNUDM, pois, possui 22 quilômetros de largura (12 milhas náuticas) a partir da linha da costa. Assim, os ambientes costeiros e litorâneos do Ceará, além de estarem inseridos nas prerrogativas da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), com a identificação de áreas prioritárias para a conservação, onde territorialmente ocupam “zonas de transição” e “áreas núcleos” da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, estando também inseridas de forma indireta no atendimento dos preceitos da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do mar.

Ademais, as formações de dunas e falésias correspondem às unidades geomorfológicas de singular formação e beleza cênica. Nestes ambientes, uma variedade de espécies ocupa nichos ecológicos relevantes, por exemplo, para procriação e abrigo.

Neste contexto, as dunas e falésias presentes no litoral cearense tornam-se direta e indiretamente integrantes dos objetivos destas Convenções de âmbito internacional. Por conseguinte, toda a região onde se insere o Monumento Natural das Falésias de Beberibe faz jus às ações e deliberações que corroboraram com a criação de uma UC e, conseqüentemente, com a elaboração de seu Plano de Manejo por possuir sítios ambientalmente frágeis e relevantes à proteção, a integrar a lista de “Áreas Prioritárias para a Conservação”, conforme determina diretamente a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e Convenção Interamericana para a Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas (CIT) e, indiretamente, diante da importância acerca da gestão dos recursos marinhos, controle da poluição e desenvolvimento sustentável da Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar (CNUDM).

2.1.2. Oportunidades de Compromissos com Órgãos Internacionais

O fato do MONA das Falésias de Beberibe estar enquadrado nas Reservas da Biosfera da Caatinga e da Mata Atlântica pode abrir possibilidades amplas de pleitos para reconhecimentos e captação de recursos externos, envolvendo a UNESCO, o PNUMA e a *World Wide Fund for Nature* - WWF. Contudo, não há nenhuma evidência de que os

²⁰ Em vigor em âmbito internacional desde 16 de novembro de 1994. No arcabouço jurídico brasileiro, Decreto Legislativo nº 5, de 9 de novembro de 1987 e Decreto do Poder Executivo nº 1530 de, 22 de junho de 1995.

respectivos Conselhos Nacionais da Reserva da Biosfera mostrem gestões nesse sentido, envolvendo toda a sua área de atuação no Ceará.

Destarte, ao integrar o grupo de Unidade de Conservação de Proteção Integral, o qual tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica como as falésias e campos de dunas, a área protegida vem corroborar com as oportunidades de compromissos (convenções, acordos, tratados) com organismos internacionais de forma direta ou mesmo indireta, segundo um sistema representativo e efetivo de áreas protegidas o qual integra uma estratégia global de conservação de biodiversidade, pactuados como metas a serem cumpridas pelos países signatários, por exemplo, a Convenção de Diversidade Biológica (CDB).

2.1.3. Acordos internacionais

Diante dos atributos biofísicos, a área protegida corresponde ao eminente campo de oportunidades para o estabelecimento de acordos de cooperação internacionais, os quais denotam novas relações internacionais em direção à ampliação de garantias fundamentais, que vão além dos princípios da busca da dignidade humana, mas também garantias que buscam a preservação e conservação ambientais sob o viés do desenvolvimento sustentável.

2.2. Enfoque Federal

Os ambientes costeiros ou litorâneos, em especial aqueles que abrigam paisagens formadas por falésias, correspondem naturalmente aos sítios frágeis e instáveis, pois são constantemente submetidos às ações de abrasão marinha, deposição eólica, ações de ondas, marés e correntes marítimas, pluviometria, além das mudanças do nível do mar e interferências antrópicas quanto ao uso e ocupação. Desta forma, estes ambientes devem integrar variados tipos e categorias de um sistema de áreas protegidas, em especial em sítios prioritários à conservação como os Biomas da Mata Atlântica, Caatinga e ambientes de transição (ecótonos).

O Monumento Natural das Falésias do Beberibe, ao possuir o objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares e de grande beleza cênica como falésias (vivas e fósseis) e campos de dunas (fixas e móveis) vem corroborar com os preceitos que denotam a importância de uma unidade de conservação de proteção integral, cujo principal objetivo fundamenta-se em preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, ou seja, aquele que não envolve consumo, coleta ou apropriação, admitindo-se, de forma regulada, a recreação, o turismo ecológico, a pesquisa científica, a educação e interpretação ambiental.

2.2.1. A Unidade de Conservação e o Cenário Federal

A porção territorial que abriga o Monumento Natural das Falésias de Beberibe e respectiva zona de amortecimento compreende o Litoral Setentrional do Nordeste, está inserida na Região Hidrográfica do Atlântico Nordeste Oriental. Deste modo, estende-se em área costeira de cordões arenosos, de falésias, de dunas e de tabuleiros, em compartimentação do relevo brasileiro denominada “Planícies costeiras e Tabuleiros Litorâneos” (ROSS,

1985),²¹ inseridas em bacias e coberturas sedimentares e cinturões móveis. De maneira geral, o entendimento do relevo brasileiro fundamenta-se na contextualização de toda a geodinâmica e macrocompartimentação do continente sul americano, que por sua vez depende da morfotectônica global. As terras emersas da América do Sul (aproximados 50% são brasileiras) fazem parte de algo maior que corresponde à Placa Litosférica sul-americana, que envolve também superfícies submersas.

No que diz respeito a importância da UC no contexto federal, em relação aos biomas nela representados, o MONA das Falésias de Beberibe reflete a heterogeneidade ambiental própria do litoral setentrional do Nordeste. Diferentemente do litoral do Nordeste oriental, onde predomina o bioma da Mata Atlântica em face de um clima úmido e com volume pluviométrico elevado, no litoral setentrional há um complexo vegetacional influenciado por climas mais secos e solos pouco desenvolvidos. Esse complexo é marcado pela ocorrência da vegetação de dunas e das praias arenosas, dos manguezais, das restingas e dos tabuleiros.

Os tipos de vegetação existentes pertencem ao Domínio extra-amazônico com as áreas das formações pioneiras com influência marinha e fluviomarinha (vegetação de restinga, manguezal e campo salino), áreas de formações pioneiras com influências fluvial e lacustre (vegetação de planícies fluviais e lacustres, floresta estacional semidecidual (transição ecológica) e savana (cerrado).

Conforme a classificação de Rizzini (1997)²², todos os tipos se enquadram no Reino Fitogeográfico Neotropical. De acordo com Fernandes (1998)²³ a unidade correspondente ao Herbeto Campesino inclui a Vegetação Pioneira Psamófila e a Vegetação Halófitica Gramíneo Herbácea. O Arboreto Edáfico Marino-Limoso corresponde ao tipo de Vegetação Paludosa Marítima de Manguê. O Arboreto Edáfico Marino Arenoso compreende a Vegetação Subperenifólia de Dunas e a Vegetação Subcaducifólia de Tabuleiro. O Arboreto Edáfico Fluvial, compreende a Vegetação Subcaducifólia de Várzea e a Vegetação Aquática Lacustre. Há ainda na transição dos tabuleiros com os sertões e níveis residuais de serras os seguintes tipos de vegetação: Arboreto Climático Estacional Caducifólio Xerofílico (Caatinga Arbórea), Climático Estacional Semi-Caducifólio Mesomórfico (Mata Seca), Climático Pluvial (Mata Úmida), Climático Estacional Semi-Caducifólio Escleromórfico (Cerrado) e Fruticeto Estacional Caducifólio Xeromórfico (Caatinga Arbustiva).

No âmbito do planejamento estratégico para o desenvolvimento das UCs, a principal manifestação de envolvimento do MONA das Falésias de Beberibe no Cenário Federal encontra-se vinculada à participação do município de Beberibe com o PRODETUR Nacional, através do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Polo Litoral Leste. O referido plano, que se encontra vinculado ao desenvolvimento do turismo, inclui dentre os seus propósitos, o referencial ao desenvolvimento sustentável e apoio às ações voltadas para o MONA das Falésias de Beberibe, que por extensão envolvem o território de abrangência da Lagoa do Uruaú, situada em sua retaguarda e se

21 ROSS, Jurandyr. Relevo brasileiro: uma nova proposta de classificação. Revista do Departamento de Geografia 4: 25-39, 1985.

22 RIZZINI, C.T. 1997. *Tratado de fitogeografia do Brasil: aspectos ecológicos, sociológicos e florísticos*. 2ª ed. Âmbito Cultural edições Ltda, Sao Paulo, Sao Paulo. 747p.

23 FERNANDES, A. G. Fitogeografia brasileira. Fortaleza: MultiGRAF, 1998. 339 p.

estendendo até a faixa da praia de Uruaú que é contígua à praia de Morro Branco. Como parte interessada e apoiadora dos Planos de Manejo de ambas as áreas, o Ministério do Turismo (MTUR), em âmbito federal, constitui presença destacada na representação da participação federal junto à UC.

No âmbito da atuação dos Conselhos Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga que se encontram vinculados à esfera federal, como foi afirmado, não se vislumbra, até o presente, qualquer ação destinada a resultar algum apoio dotado de efetividade à UC.

Convém assinalar a grande dependência do município de Beberibe e de toda a Região do Litoral Leste por parte dos pagamentos federais de aposentadorias do INSS/FUNRURAL e do Programa Bolsa Família, atingindo a aproximadamente dois terços da sua população.

2.2.2. A Unidade de Conservação e o SNUC

A importância do MONA das Falésias de Beberibe para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação refere-se ao afastamento da noção de ilha, para a concepção de rede que foi resultado das conclusões da Conferência “Áreas Protegidas no Século XXI: de ilhas a redes”, realizada em 1997, pela Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, em Albany (Austrália). A implementação de seu Plano de Manejo garantindo o envolvimento direto das comunidades, tem o potencial de gerar efeitos-demonstração de boas práticas e de se disseminar em relação a outras áreas protegidas. Afinal, a concepção de instalação de um sistema traz consigo um conjunto de efeitos de que se beneficia todo o conjunto envolvido.

Os ambientes costeiros correspondem, sobremaneira, aos espaços com características naturais relevantes, e às unidades de conservação de proteção integral, em especial da categoria **Monumento Natural (MONA)** possuem destaque, pois asseguram a busca da preservação de elementos naturais únicos, de extrema raridade ou beleza cênica, como, por exemplo, cachoeiras, formações rochosas, cânions e falésias. O monumento natural é instituído por um ato do poder público e tal categoria foi criada pelo artigo 8º do SNUC.

No estado do Ceará, conforme Cadastro Estadual das Unidades de Conservação (CEUC) (SEMA, 2018)²⁴, existe um total de cinco Monumentos Naturais (MONA), além do MONA Falésias do Beberibe, sendo um administrado pela Secretaria do Meio Ambiente, âmbito estadual, e quatro pela Universidade Regional do Cariri (URCA), esfera federal, a saber:

- MONA Os Monólitos de Quixadá (Estadual, Bioma Caatinga, Município de Quixadá);
- MONA Sítio Cana Brava (Estadual, gestão Federal Bioma Caatinga, Município de Santana do Cariri);
- MONA Sítio Riacho do Meio (Estadual, gestão Federal, Bioma Caatinga, Município de Barbalha).
- MONA Pontal da Santa Cruz (Estadual, gestão Federal, Bioma Caatinga, Município de Santana do Cariri);
- MONA Cachoeira do Rio Batateira (Estadual, gestão Federal, Bioma Caatinga, Município de Missão Velha)

24 Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), 2018. Cadastro Estadual de Unidades de Conservação. Acessível em: <https://www.sema.ce.gov.br/cadastro-estadual-de-unidade-de-conservacao-ceuc/>, acessado em: dezembro, 2018

Assim, a importância e representatividade do MONA Falésias do Beberibe se fazem pertinentes, tendo em vista o reduzido número de unidades de conservação nesta categoria no estado e por proteger paisagem de singular e relevante importância cênica e ambiental diante da raridade do sítio físico.

Além disso, no Estado do Ceará apenas duas Unidades de Conservação Municipais protegem ambientes similares presentes no Monumento Natural das Falésias de Beberibe: APA da Barra Grande e APA de Canoa Quebrada. Quanto às UCs federais que protegem ecossistemas costeiros podem ser citadas as seguintes: Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde, Parque Nacional de Jericoacoara, Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba e Reserva Extrativista do Batoque.

2.3. Enfoque Estadual

No contexto estadual é importante destacar que o Monumento Natural das Falésias de Beberibe se insere na planície litorânea, principalmente setor I, que é constituída por uma estreita faixa de terras com largura média de 2,5 a 3,0 km.

A área protegida compreende a porção leste do litoral do estado. Trata-se de um alto topográfico alcantilado de faces abruptas, expondo-se às ações erosivas da abrasão marinha em sedimentos inconsolidados e coesos. A singularidade da UC está na formação destas falésias marinhas ativas, expondo-se, eventualmente, em pequenos setores da praia como falésia fóssil, além de porções superiores serem influenciadas por processos lineares pluviais que condicionaram o desenvolvimento de paisagens “ruiniformes”, com sulcos, ravinas e voçorocas. Por conseguinte, o Monumento Natural das Falésias de Beberibe compõe patrimônio paisagístico de significativo destaque no litoral oriental do Ceará

A vegetação típica desta planície em que se insere o Monumento Natural é composta pelo Complexo Vegetacional Litorâneo: vegetação pioneira psamófila, vegetação das dunas fixas. A vegetação pioneira psamófila fica localizada nos setores de alta praia, áreas de dunas semifixas e nos corredores interdunares, sendo as espécies bem adaptadas aos ambientes de terrenos arenosos e salinos. Expõe-se como um estrato rasteiro ou gramíneo herbáceo.

Nas dunas fixas as espécies têm maior porte e padrão arbóreo-arbustivo, sobretudo à sotavento. Voltadas para barlavento, as encostas das dunas têm plantas de menor porte.

Nos tabuleiros, a vegetação corresponde a um mosaico florístico que inclui espécies da Mata Atlântica, das caatingas e dos cerrados. Fisionicamente, percebe-se que apesar da descaracterização paisagística motivada pela intensidade de uso e ocupação da terra, há ocorrência de plantas adensadas e com porte arbóreo-arbustivo.

2.3.1. Implicações Ambientais

A importância da existência de unidades de conservação na zona costeira do Ceará corrobora com a proteção dos ambientes que denotam significativa fragilidade ambiental e também vulnerabilidades quanto às atividades humanas. Problemas que afetam à faixa litorânea do Ceará são comuns a toda zona costeira, outros afetam mais diretamente as áreas densamente povoadas, como a da Região Metropolitana e Fortaleza (RMF), e do Litoral Ocidental do Estado onde está localizado o Monumento Natural das Falésias de

Beberibe. Deste modo, a área protegida pode ser considerada como um fator positivo para a formação de mosaicos ecológicos e suas implicações benéficas aos frágeis ecossistemas na cessão do processo de fragmentação de habitats e degradação dos sítios físicos. O processo predatório dinamizado por ações antrópicas de migração de dunas, erosão da linha de costa, desmatamentos de manguezais e de matas ciliares às margens da planície fluvial, causando o assoreamento ou aterramento de lagoas ou de áreas de acumulação inundáveis, enchentes, poluição dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, disposição de resíduos sólidos, impactos de mineração, ocupação irregular do entorno imediato das falésias, são alguns dos impactos ambientais observados que denotam a necessidade de se conservar os recursos naturais existentes, bem como a importância do manejo da UC e da criação de outras áreas protegidas ambientalmente.

As implicações da correta implementação da UC com todos os elementos que demarcam as etapas e ações planejadas, soluções dotadas de racionalidade e compreensão por parte dos agentes envolvidos, que passam a ser sujeitos dessas ações fazem parte do tratamento a ser firmado na área da UC e sua Zona de Amortecimento. O tratamento de tais ações deve considerar o licenciamento ambiental gerido pela SEMACE requerido para as atividades, obras ou empreendimento potencialmente utilizadores de recursos ambientais segundo os anexos I, II e III da Resolução COEMA nº 10/2015, alterada pela Resolução COEMA nº 22/2016²⁵.

As expectativas e os benefícios decorrentes, também não fogem da concepção da boa desenvoltura da competência estadual em relação ao sistema ambiental como um todo e os multiplicadores que advém de sucessos alcançados e compartilhados. Por se tratar de uma área que conta com expressiva demanda turística e de visitantes, com fluxos intensos durante todo o ano, e que se intensificam nas épocas de pico, como nas férias de julho e janeiro. Essa tem sido a forma de reunião de agentes que operam com interesses variados e muitas vezes antagônicos, o disciplinamento das atividades e as restrições de usos do solo, e, no território, tendem a se tornar direcionados para garantir o desenvolvimento possível, acompanhado da sustentabilidade desejável e a consequente continuidade da atratividade despertada, balizada pelos conhecimentos científicos aprimorados.

Além disso, deve ser destacado o fato de que a UC se encontra inserida numa área com significativas ações imobiliárias descaracterizadoras da paisagem e dos usos e encontra-se inserida próxima às áreas urbanizadas do município que passam a requerer melhor enquadramento e atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU do Município.

2.3.2. Implicações Institucionais

No âmbito estadual, deve se admitir que existe uma convergência de ações e intervenções decorrentes de programas, projetos e atividades que se sobrepõem, e nem sempre se encontram conjugados no território da UC e na sua Zona de Amortecimento.

A seguir são compiladas diferentes intervenções que envolvem instituições em âmbitos diversos, tendo como foco principalmente às comunidades ligadas à região na qual se

²⁵ SEMACE, 2015. Resolução COEMA nº 10/2015 - Dispõe sobre a atualização dos procedimentos, critérios, parâmetros e custos aplicados aos processos de licenciamento e autorização ambiental no âmbito da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE

insere o Monumento Natural. Os âmbitos envolvidos são: desenvolvimento agrário, regularização fundiária, assistência social e serviços básicos, apoio a crianças e adolescentes, educação, saúde, trabalho e empreendedorismo, artesanato e economia solidária, cultura, turismo e infraestrutura. O Quadro 1 apresenta um resumo das instituições envolvidas em cada um dos setores.

Quadro 1. Oportunidades de envolvimento institucional para os setores prioritários com implicações para a gestão da UC.

Prioridades de ação	Instituições envolvidas
Desenvolvimento agrário	Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA-CE)
Regularização fundiária	Instituto do Desenvolvimento Agrário (IDACE), vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Agrário
Assistência social e serviços básicos	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), Prefeituras Municipais, Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)
Apoio a crianças e adolescentes	Governo do Estado do Ceará e Prefeituras Municipais
Educação e saúde	Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE), Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR), Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP)
Trabalho e empreendedorismo	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS)
Cultura e artesanato	Coordenadoria do Artesanato e Economia Solidária da STDS (CEART), Fundo Especial de Desenvolvimento e Comercialização do Artesanato (FUNDART), Secretaria de Cultura do Estado do Ceará - SECULT
Turismo e infraestrutura	Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR-CE), Ministério do Turismo (MTUR)

Fonte: elaboração própria, 2018

A seguir, são detalhados exemplos de projetos e iniciativas que propiciam oportunidades de cooperação e integração com a UC.

a) *Desenvolvimento agrário*

O Projeto São José III (PSJ III), envolvendo a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDACE) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) integrado no Banco Mundial, tem como foco o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento das comunidades rurais, com ações de financiamento de projetos produtivos, promovendo o fortalecimento da agricultura familiar. Desde 2015, o Governo do Estado, através do São José III, entregou 434 sistemas de abastecimento e 212 módulos sanitários, beneficiando 59.406 famílias, totalizando recursos na ordem de R\$ 194.350.830,56. Outros 15 sistemas de reuso de água foram entregues, beneficiando 15 famílias, com investimento total de R\$ 321 mil (segundo informações do Governo do Estado²⁶). Os projetos produtivos concluídos e implantados até 31 de outubro de 2017 incluem os municípios de Aracati e Beberibe, e outros 220 projetos são previstos para entregar até março de 2019. O pacote de ações que contempla 29 convênios de apicultura, sete de fruticultura e quatro de ovino caprino cultura vai atender 40 comunidades de 33 municípios do Ceará, incluindo Beberibe²⁷.

b) *Programa de Regularização Fundiária do Governo do Estado*

O IDACE, que sucedeu ao Instituto de Terras do Ceará - ITERCE, sendo criado em 1987, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA-CE), é o órgão responsável pela política fundiária do Ceará. Incorpora todas as atribuições executivas que seu antecessor possuía, também os novos papéis ligados diretamente à ação de redistribuição de terras, inclusive a cartografia, geoprocessamento e os processos de reassentamento. Segundo informações do IDACE, o Ceará dispõe de uma área territorial estimada em 14.867.674 hectares, com previsão de cadastrar 260.846 imóveis rurais, e a regularização de posses com a emissão de 182 mil títulos e benefícios a 209.300 produtores rurais e agricultores familiares²⁸. Isso já implicou em medição de 9.329.719 hectares com o georreferenciamento de 199.782 imóveis rurais e 116.551 posses no Estado. Iniciado em 2007, o programa de regularização fundiária tem previsão de cadastrar e georreferenciar a área rural da totalidade dos municípios do Ceará até 2020²⁹.

É importante envolver no processo de planejamento e implementação do Plano de Manejo à Secretaria de Desenvolvimento Agrário e IDACE incorporando aos trabalhos de mapeamento para a gestão da UC os dados sobre a regularização fundiária no Litoral Leste e mais especificamente no município de Beberibe.

26 Associação dos Municípios do Estado do Ceará (APRECE). “Convênios produtivos do Projeto São José III vão beneficiar 1.619 famílias em 33 municípios cearenses”. Publicado em: aprece.org.br o 31 de maio de 2016. Acessado em novembro de 2018.

27 Governo do Estado do Ceará. “Convênios do Projeto São José III vão beneficiar 40 comunidades no Ceará”. Publicado em: ceara.gov.br o 30 de maio de 2016. Acessado em novembro de 2018.

28 Governo do Estado do Ceará. “Governo do Ceará entrega cerca de 15 mil títulos de terra em três anos”. Publicado em ceara.gov.br, o 19 de fevereiro de 2018. Acessado em novembro de 2018

29 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). “Incr e Governo do Ceará avaliam programa de regularização fundiária”. Publicado em: incra.gov.br o 1 de março de 2016. Acessado em novembro de 2018.

c) Assistência Social

Assistência social, trabalho, emprego e renda, segurança alimentar e nutricional encontram-se voltadas para a promoção da inclusão social das famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social que se vinculam frequentemente às condições de extrema pobreza e desigualdade social, são desenvolvidas pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) a quem cabe implementar as estratégias e as bases de universalização e descentralização das referidas ações.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que estrutura as ações em função de seu nível de complexidade e formas específicas de atuação em dois vetores: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. A Proteção Social Básica acompanha famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade social, prevenindo situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Tem como unidade de referência para oferta de seus serviços, programas e projetos nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). No Ceará existe cobertura do CRAS em todos os municípios num total de 390 Centros. No Programa de proteção social básica se incluem os seguintes projetos: ABC – Aprender, Brincar e Crescer; acesso da pessoa com deficiência à escola e ao tratamento especializado; Cadastramento Único – CadÚnico, um instrumento de informações para identificar as condições sociais e econômicas de famílias com baixa renda (inclui levantamento do pessoal cadastrado nas áreas de interesse em Beberibe); Centros Comunitários; Circo Escola (Respeitável Turma); Espaço Viva Gente; Fortalecimento da Rede de Assistência Social Parceiras da STDS – Proteção Social Básica; Fortalecimento das ações de assessoria junto aos serviços, programas e projetos de Política de Assistência Social; Programa Bolsa Família; Programa de Atenção Integral à Família (PAIF); Projeto Estação Família; Projeto Investimento Cidadão; e Projeto Terceira Idade Cidadã.

Por outro lado, a **Proteção Social Especial** oferece atendimento especializado às famílias e pessoas em situações de risco pessoal e social. Esse nível de proteção tem como unidade de referência para oferta de seus serviços, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

d) Apoio a crianças e adolescentes

O Programa de Apoio às Reformas Sociais para Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes do Estado do Ceará (PROARES II), em sua segunda fase, financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; Governo do Estado do Ceará e Prefeituras Municipais. Sua matriz institucional envolve a STDS, SEDUC e SECULT e Secretaria de Esporte e Juventude do Ceará - SEJUV. Visa contribuir na implantação de estratégias de desenvolvimento social no Estado, apoiando o processo de reforma social e melhorando as condições de vida de crianças, adolescentes e jovens e suas famílias, em situação de vulnerabilidade e riscos sociais. Até março de 2015 apresentava 62 municípios conveniados e um total de 93 unidades de atendimento construídas e equipadas com um contingente de 39.872 crianças e adolescentes atendidos e 4.502 pessoas capacitadas³⁰.

30 Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS). Programa de Apoio às Reformas Sociais para Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes do Estado do Ceará – PROARES fase II; Indicadores de Desempenho. Publicado em: stds.ce.gov.br. Acessado em: novembro de 2018.

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE ranqueou 35 municípios dentre os 184 municípios cearenses considerados com maior Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e, seguindo esse critério, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) escolheu os municípios a serem contemplados dentro da terceira fase do Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará (PROARES III), a serem beneficiados com equipamentos sociais. Os equipamentos que os municípios poderão escolher são os Centros de Educação Infantil, os Centros de Referência em Assistência Social, os Campinhos e instrumentos para formação musical. Numa primeira etapa os recursos serão de US\$ 50 milhões e mais US\$ 50 milhões que estão sendo negociados para o ano seguinte (2019). Somente nesses 35 municípios, estarão sendo investidos cerca de R\$ 77 milhões. Os municípios do Litoral Leste apresentam baixa vulnerabilidade, com índices mais elevados para aqueles de menor porte como Fortim, Itaçaba, Icapuí³¹.

e) Educação e saúde

A política educacional do Governo do Estado é executada pela SEDUC, Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Encontra-se voltada para promover políticas, programas e projetos junto a rede municipal de educação visando: fortalecer os sistemas municipais de ensino para dotá-los de um modelo adequado de gestão centrado em resultados de aprendizagem. Alguns exemplos em andamento no momento da elaboração deste Plano de Manejo são:

- **PAIC –Programa de Alfabetização na Idade Certa:** através do PAIC o Governo do Estado vem se comprometendo com os municípios, oferecendo, dentre outras ações, apoio à gestão municipal, formação continuada para os professores da educação infantil ao 2º ano do ensino fundamental, livros de literatura infantil para as salas de aula, e materiais didáticos para professores e alunos. O comprometimento dos municípios cearenses no PAIC, envolvem ações voltadas para a valorização e profissionalização dos docentes, redimensionamento de recursos financeiros, revisão de planos de cargos, carreira e remuneração do magistério municipal, definição de critérios técnicos para a seleção de diretores escolares, implantação de sistemas municipais de avaliação de aprendizagem de crianças, ampliação do acesso à educação infantil, e adoção de políticas locais para incentivar a leitura e a escrita.
- **PAIC MAIS:** abrange as ações que eram destinadas às turmas de Educação Infantil, 1º e 2º ano do ensino fundamental até o 5º ano nas escolas públicas dos 184 municípios cearenses. O PAIC MAIS apoia à gestão municipal, à formação de professores das séries subsequentes em língua portuguesa, matemática e literatura, maior envolvimento das famílias, ações de reforço aos alunos com dificuldades de aprendizagem.
- **Luz do Saber:** um recurso didático que tem por objetivo contribuir para a alfabetização de jovens e adultos, além de promover a inserção na cultura digital.
- **Programa Transporte dos alunos da rede estadual e Programa Renovação da Frota:** ações de cooperação com as redes municipais viabilizando o transporte escolar dos alunos da rede estadual de ensino. Assegura o repasse de recursos para 100% (cem por cento) das prefeituras que assinaram o Termo de Responsabilidade no ano de 2011; capacita 100% (cem por cento) dos técnicos estaduais e municipais

31 Casa Civil do Governo do Estado do Ceará. “Proares: Estado vai investir R\$ 77 milhões em 35 municípios”. Publicado em casacivil.ce.gov.br o 22 de março de 2018. Acessado em novembro de 2018.

- responsáveis pelo sistema de acompanhamento do Transporte Escolar nos municípios que formalizaram o referido Termo de Responsabilidade.
- **Aquisição de Veículos Escolares:** apoio técnico do Estado aos Municípios que participam do processo de adesão ao Programa Caminho da Escola para assegurar a aquisição de veículos escolares. Assegura 100% da doação dos veículos adquiridos pelo Estado aos municípios, que fizeram adesão ao Programa, na mesma proporção de suas aquisições por meio de recurso próprio ou através de empréstimo pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; garante o acompanhamento de 100% dos veículos cedidos aos municípios através do Projeto Alvorada.
 - **Escolas Regulares em Tempo Integral na Rede Estadual de Ensino:** essas escolas fazem parte de uma estratégia em que a educação formal desenvolvida em estabelecimentos públicos consiga proporcionar aos filhos de trabalhadores uma formação integral e que respeite seus potenciais, direitos de aprendizagem e desenvolvimento. A meta do Plano Nacional de Educação é “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica”. Para concretizar o objetivo, em 2016, a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) iniciou a implantação do tempo integral em 26 escolas estaduais de ensino regular, sendo uma em cada Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE) e duas em cada Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR). Em 2017, a expansão do tempo do aluno na escola começou com turmas da 1ª série do Ensino Médio e a expansão dar-se-á gradualmente para as demais séries e escolas.
 - **Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP:** em 2018 eram 95 escolas no Ceará. Em Beberibe encontra-se a Escola Estadual de Educação Profissional Pedro de Queiroz Lima, que conta com Curso Técnico em Guia de Turismo. Promove o Projeto de Visitação prática: Memória, Patrimônio e Identidade: A Formação de Beberibe, Uma Experiência em Educação Patrimonial, sob responsabilidade do prof. Francisco Deoclécio Carvalho Galvão.

Entre os programas voltados para a melhoria da saúde podem ser citados: Unidades do SUS; Leitos Hospitalares; Profissionais de Saúde; Equipes do Programa Saúde da Família; Agentes Comunitários de Saúde; Causas de Mortalidade; Doenças; Saúde Materna; e Mortalidade Infantil.

f) Trabalho e empreendedorismo

A Política do Trabalho da STDS é desenvolvida para aquelas camadas socialmente vulneráveis, com menor nível de escolaridade, de qualificação profissional, de renda familiar e, conseqüentemente, com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, ou seja, justamente as pessoas que mais precisam de um atendimento diferenciado do poder público. Uma das vertentes consideradas estratégicas pela área do trabalho é a educação social e profissional, cujo objetivo é a preparação e atualização do trabalhador para enfrentar a realidade do mercado de trabalho, por meio de ações de qualificação voltadas para facilitar sua inserção no emprego, no empreendedorismo ou em atividades autônomas. Os públicos prioritários são os jovens da escola pública sem experiência de trabalho, os beneficiários dos programas sociais do governo, com ênfase no CadÚnico, os desempregados, os trabalhadores autônomos, a população socialmente vulnerabilizada, os segmentos considerados até aqui excluídos, tais como a pessoa com deficiência, os afrodescendentes, os indígenas, e o público LGBTTT.

g) Artesanato e economia solidária

O artesanato e as práticas de economia solidária encontram-se vinculados à Coordenadoria do Artesanato e Economia Solidária da STDS, focada no apoio aos artesãos e na preservação das tradições da arte popular respeitando e destacando as peculiaridades culturais e identitárias de cada macrorregião do Estado. Suas políticas públicas incluem a qualificação de artesãos, o apoio à comercialização, a gestão da CEART e o gerenciamento do Fundo Especial de Desenvolvimento e Comercialização do Artesanato (FUNDART), além do fortalecimento de unidades produtivas da Economia Solidária. A tradição desenvolvida a partir das areias coloridas das falésias com a confecção de figuras e paisagens em garrafas tem sido uma marca local que vem sendo disseminada.

h) Cultura

As atividades culturais em Beberibe têm sido coordenadas pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Beberibe – SETCULT. A SETCULT foi criada em 2009 através do Decreto Municipal Nº 020. A SETCULT Beberibe apresenta as seguintes atribuições e competências:

- Coordenar as políticas governamentais na área do Turismo e Cultura;
- Planejar e Coordenar o Plano de Desenvolvimento do Turismo no Município, bem como acompanhar a sua execução pelo órgão de competência específica no município, dando-lhe o suporte operacional necessário para o desenvolvimento de suas ações;
- Articular-se com os outros órgãos municipais, com os demais níveis de governo e entidades da iniciativa privada, para a promoção de projetos turísticos e culturais;
- Organizar e executar, em ação integrada com os órgãos de competência específica, o calendário de eventos turísticos e culturais do município;
- Planejar e estimular o desenvolvimento do ecoturismo e turismo sustentável;
- Promover o desenvolvimento das políticas de ação cultural do município;
- Promover campanhas educativas voltadas para a difusão e preservação do patrimônio histórico do município;
- Promover a difusão da cultura, especialmente no que concerne a realização de eventos de cunho artístico e literário que possibilitem a população a convivência e o interesse pela cultura;
- Elaborar e executar projetos para a revitalização do Acervo Histórico de Beberibe e manter atualizados os trabalhos de mapeamento cultural do município;
- Exercer outras atribuições correlatas, nos termos do regulamento.

No Quadro 2 a seguir, são apresentados equipamentos e itens relacionados à cultura e ao patrimônio que criam oportunidades de articulação com os valores naturais da UC para o desenvolvimento futuro de projetos multidisciplinares, envolvendo a atuação coordenada de instituições a nível estadual.

Quadro 2. Valores de significância cultural e patrimonial de relevância estadual.

Tipo de valor	Nome do valor
EQUIPAMENTOS/GRUPOS VINCULADOS	Teatro Raimundo Fagner; Centro Cultural Laís Facó; Memorial de Beberibe; Biblioteca Professora Dido Facó; Centro de Artesanato Professor José Edir Ribeiro; Banda de Música Padre Assis Portela; Grupo Regional Xiquexique; Grupo Nem Te Conto; Coral Canto Amigo.
PONTO DE CULTURA	Casa das Dramistas.
TESOUROS VIVOS DA CULTURA, MESTRES DA CULTURA DIPLOMADOS	Terezinha Lima dos Santos (Dramas); e Comunidade da prainha do Canto Verde.
PRINCIPAIS EVENTOS	Beberibe Fest; Festival contos na praça; Mostra de tradições populares; Festival junino; Feira literária; Encontro de bandas de música; Tradicional festa de São Pedro; Tradicional festa do Bom Jesus dos Navegantes; Festival do papangus; Mostra turística cultural; Reisado; Festa de aniversário do município; Paixão de cristo; Natal de amor (Casa do Papai Noel); Festival das areias coloridas; Regatas: praia do morro branco (dos campeões), prainha do canto verde, Praia do Parajuru, Praia do Uruaú, praia da barra da Sucatinga; Reveillon.
PATRIMÔNIO MATERIAL, IMATERIAL, LOCAIS HISTÓRICOS, SÍTIOS	Centro histórico da cidade; Praça da Matriz; Igreja da matriz; Memorial de Beberibe; Biblioteca pública Prof. ^a Dido Facó; Sítio Lucas (Marco Zero); Centro de artesanato Prof. Edir Ribeiro; 03 (três) mercados públicos; Capela de São Pedro (Morro Branco).

Tipo de valor	Nome do valor
PATRIMÔNIO NATURAL	Unidade de Conservação Integral Monumento Natural das Falésias de Beberibe; APA – Área de Proteção Ambiental da Lagoa do Uruaú; RESEX – Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde.
GRUPOS CULTURAIS	Grupo Nem Te Conto; Grupo Regional Xiquexique; Banda de Música Padre Assis Portela; Grupo de Dramas Irmãs Cartaxo; Grupo de Dramas da Barra da Sucatinga; Grupo de Dramas de Umburamas; Coral Canto Amigo; 10 (Dez) Quadrilhas Juninas.
EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER	Estádio Olavo Facó – Beberibe; Estádio Pedro Gama – Morro Branco; Estádio Moreirão – Caetanos; Ginásio Poliesportivo de Morro Branco – Morro Branco; Ginásio Fares Lopes – Beberibe.
EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	Rádio Comunitária; 02 (duas) Rádios FM.

Fonte: elaboração própria, 2018.

i) Turismo e infraestruturas

Após a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Ceará, em 1995, tendo o turismo em destaque como atividade econômica de maior dinamismo na formação do PIB do Estado, foi criada a Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR). O Plano traçado na ocasião envolvia um período de longo prazo abrangendo 1995 a 2020. A atuação governamental passou a focar a transformação do Ceará em destino turístico a ser consolidado através da implantação de infraestrutura urbana e turística – especialmente a qualificação de pessoal e captação de negócios e investimentos turísticos para o Estado, sendo a SETUR órgão coordenador e executor do PRODETUR Nacional no Ceará, e responsável pelo seu *marketing* promocional com o Instituto Brasileiro do Turismo - Embratur.

Fortaleza, a capital cearense, concentra o fluxo turístico do Estado, no entanto, a cada ano, cresce a demanda para outras áreas do Ceará, sobretudo nos municípios localizados nas regiões litorâneas. Este cenário é decorrente das políticas e investimentos públicos voltados para interiorização do turismo, que visa desconcentrar os impactos da receita gerada pelos turistas para as demais regiões cearenses, bem como ampliar o tempo de permanência de visitantes no Estado.

Do total de turistas que se destinaram à Fortaleza no período 2006/2012, cerca de 70,0% visitaram outras localidades do Estado. Todavia, cerca de 84,6% das preferências dos turistas foram marcadamente direcionadas para as localidades litorâneas, 10,90% para as serras e 7,30% para o sertão. Os principais destinos na preferência dos turistas em 2016, com exceção o litoral de Fortaleza, foram: Caucaia, Aquiraz, Aracati, Beberibe, Jijoca de Jericoacoara, Paracuru e Paraipaba.

Os principais programas e ações governamentais voltados para o desenvolvimento do turismo foram:

- O PRODETUR NACIONAL:** um programa que conta com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID em parceria com o Ministério do Turismo – MTUR e que prioriza o desenvolvimento integrado e sustentável da atividade turística, a fim de consolidá-la e dessa forma gerar a melhoria de vida da população onde será executado o programa. O Ceará através da SETUR, escolheu as áreas prioritárias para receber investimentos do Programa, sendo que cada área elaborou seu Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) que estabelecem a abrangência das ações nele contidas.
- Os PDITS** apresentam uma visão integrada da área turística sob os aspectos relacionados à cadeia produtiva do turismo envolvendo: produto e mercado; gestão do turismo; além daqueles aspectos relacionados aos âmbitos social, econômico e ambiental, e à infraestrutura e serviços básicos (saneamento básico, energia elétrica, comunicação, acessos e transportes). O PDITS propõe objetivos, metas e diretrizes para o desenvolvimento da atividade turística, visando à melhoria da qualidade de vida das populações residentes na área selecionada, que resultem em um documento com informações necessárias à caracterização da situação atual, identificando seus problemas e oportunidades e definindo estratégias e ações, sendo estas últimas, componentes de um plano de ações a serem executadas pelo programa. O Programa selecionou três Polos de atração e desenvolvimento turístico entre os quais encontra-se o Polo do Litoral Leste, onde se localizam três destinos e suas áreas de influência, com quatro municípios pertencentes à Região de Planejamento do Litoral Leste: Beberibe, Fortim, Aracati e Icapuí, como é mostrado no Quadro a seguir.

Quadro 3. Destinos e áreas de Influência contemplados no Prodetur Nacional para o Polo Litoral Leste.

POLO	DESTINO	MICROPOLO OU ÁREA DE INFLUÊNCIA
	MORRO BRANCO/PRAIA	-
	DAS FONTES- BEBERIBE	
LITORAL LESTE	CANOA QUEBRADA	PRAIA DA MAJORLANDIA, PRAIA DA QUIXABA
	ARACATI	CENTRO HISTÓRICO DE ARACATI E PRAIA DO
		CANTO DA BARRA - FORTIM
	PONTA GROSSA/REDONDA	FAIXA LITORÂNEA DE ICAPUÍ
	ICAPUÍ	

Fonte: Prodetur Nacional, SETUR-CE

A partir do PDITS, o Programa estabelece como uma de suas ações prioritárias a elaboração de Projetos de Valorização de Destinos Turísticos das localidades mais importantes sob o foco do turismo. Visando contribuir para o aumento de emprego e renda gerado pelo setor turístico, o PRODETUR Nacional Ceará

objetiva não somente consolidar o modelo sustentável sol e praia, mas ampliar a atividade turística no Estado do Ceará, por meio da diversificação da oferta turística e criação de novos produtos, baseados em recursos naturais e culturais com potencial turístico. As ações do Programa estão apresentadas em cinco componentes com subprojetos que compõem a sua matriz de investimentos conforme o Quadro 4 a seguir.

Quadro 4. Componentes do Programa Prodetur para o Polo Litoral Leste.

PRODETUR - LITORAL LESTE COMPONENTES DO PROGRAMA	
PRODUTO TURÍSTICO	ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE MERCADO
	ATUALIZAÇÃO DO PDITIS
	VALORIZAÇÃO DE DESTINOS
	INFORMÇÕES TURÍSTICAS
PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	PLANO DE MARKETING
	PROMOÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL DOS DESTINOS
	MARKETING DIGITAL
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS
	APOIO À SETUR
	SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS
INFRAESTRUTURA DE ACESSO	DUPLICAÇÃO DA CE 040 E DA CE 454
	ALARGAMENTO DA CE 187
	SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO
GESTÃO AMBIENTAL	ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE MANEJO

Fonte: Prodetur Nacional, SETUR-CE.

- **PROINFATUR - Programa de Valorização da Infraestrutura Turística** promovido pela SETUR-CE e a CAF-Cooperação Andina de Fomento na parte direcionada ao Litoral Leste, incluiu:
 - Duplicação da CE-040, dentro das obras e projetos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR), com a restauração dos trechos já existentes e também a adequação e a duplicação dos trechos compreendidos entre Beberibe e Aracati, totalizando 65,7 quilômetros. Cujas execução é dividida em quatro partes: Beberibe-Paripueira com 31,98 km; Paripueira-Guajiru com 11,7 km; Guajiru-Viçosa com 7,4 km; e Viçosa-Aracati com 14,62 km. Nesse último trecho, encontra-se também incluído o acesso à localidade de “Jardim de Baixo”, com 3,29 km. O investimento total é de R\$ 120 milhões. A duplicação deve otimizar o percurso entre as cidades situadas ao longo do entorno da CE-040, por meio da redução do tempo de viagem e de maior conforto e segurança proporcionados aos seus usuários, pelo aumento da capacidade da via, principalmente nos períodos de alta estação.
 - Rota das Falésias, um dos roteiros estruturados pelo Programa de Regionalização do Turismo, do Ministério do Turismo, desenvolvido em parceria com o Sebrae Ceará; SETUR-CE e, mais recentemente, com o apoio do Sebrae-RN. A parte do Ceará envolve oito municípios e 215 km ao longo do litoral leste, ou Costa do Sol Nascente, Aquiraz, Eusébio (não costeiro), Pindoretama, Cascavel, Beberibe, Fortim, Aracati e Icapuí, já na divisa com o Rio Grande do Norte. O roteiro inclui atrativos já bastante divulgados como as praias e lagoas de retaguarda, de Porto das Dunas, Águas Belas, do

Presídio, Morro Branco com seu labirinto de falésias (Monumento Natural), Praia das Fontes, Uruaú, Canoa Quebrada, Majorlândia, Redonda, Quixaba, Tremembé e Ponta Grossa, entre outras. Com a adesão dos cinco municípios potiguares, o roteiro de 13 cidades se estende por 240 km e 45 praias. Uma das características do roteiro é a importância do artesanato encontrado na região.

2.3.3. Potencialidades de Cooperação

As potencialidades de cooperação encontram-se em aberto e podem ter no Plano de Manejo um importante documento estruturador. O Governo do Estado junto aos municípios tem evidenciado avanços significativos em processos de cooperação, onde os mais importantes têm estado voltados para a educação e as comunicações. Os resultados têm se tornado casos de projeção nacional. O presente envolvimento dos PDTIS articulando a SETUR, SEMA e demais órgãos também se encontra enquadrado dentre as formas de cooperação que podem apresentar significativos avanços na área ambiental.